

# Jornalista afirma ESTADO DE SÃO PAULO que a trama afeta segurança nacional

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A direção de O Estado de S. Paulo acreditava — e continua acreditando — que as denúncias sobre a atuação de setores da Igreja na Amazônia envolvem a segurança do País e sua independência territorial. Por esta razão é que o jornal não ouviu a CNBB e o Cimi antes da publicação das reportagens e documentos. A exploração foi dada pelos jornalistas Júlio de Mesquita Neto, diretor responsável do jornal, e Oliveira S. Ferreira durante a reunião de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as denúncias apresentadas pelo Estado.

Respondendo ao deputado Vasco Alves e ao senador Nelson Wedekin, ambos do PMDB, eles lembraram que o jornal foi aberto às reações da CNBB, e seu presidente, d. Luciano Mendes de Almeida, teve oportunidade de publicar integralmente sua versão dos fatos. Não houve assim qualquer violação de preceitos éticos.

Júlio de Mesquita Neto frisou que, se as partes acusadas tivessem sido ouvidas previamente, as revelações não teriam o impacto necessário, muito provavelmente, a CPI que agora busca a apuração da verdade sequer teria sido constituída. Disse ainda que as reportagens só foram feitas depois da formalização da chamada "emenda austríaca".

Em seguida, leu um editorial publicado pelo jornal O Globo, subsequente às denúncias de O Estado, reivindicando a primazia das revelações sobre as ameaças à soberania nacional por causa da atuação do Cimi e de "prelados brasileiros". O senador Odaclir Soares propôs então que a CPI ouça o diretor responsável de O Globo, Roberto Marinho, e ainda os ministros da Justiça, Paulo Brossard, e do Exército, Leonidas Pires Gonçalves. O general deveria ser

convocado, segundo o senador, porque teria dito ao então deputado federal Erasmo Dias que apresentasse um projeto "nacionalizando" os bispós da Amazônia.

O vice-presidente da CPI, deputado Ricardo Fiúza, comentou que, no Brasil, a distribuição territorial chega a ser superior a 24 mil hectares por índio. E raramente é inferior a dois mil hectares por habitante de reservas indígenas, incluindo velhos e crianças. Já o deputado Gerson Peres qualificou de "vagabundos" os capitalistas estrangeiros infiltrados na região amazônica que fazem o jogo dos produtores de estanho do Exterior, cujo produto, de baixo teor, perdeu preço e competitividade no mercado internacional. Na opinião de Peres, o Cimi está repleto de lobistas estrangeiros, sendo ponta de lança na defesa de um Estado plurirracial e da restrição à soberania nacional.

Durante as interpelações, Júlio de Mesquita Neto contestou as observações do senador Pompeu de Souza, para quem o jornalista emitia juízos de valor sem o necessário conhecimento de causa sobre a situação dos índios Yanomamis, ao considerar a política da Mineradora Parapanema mais inteligente que a da Igreja. Mesquita argumentou que "há várias Igrejas e cada qual escolhe a sua", lembrando que a referência elogiosa à empresa de mineração tinha relação com sua atuação na região e não no relacionamento com os índios. Frisou ainda que O Estado "é músico e não dançarino" e seu trabalho se desenvolve com base em realidades e não em abstrações.

O diretor de O Estado deverá enviar os documentos que fundamentaram as denúncias à CPI na próxima semana. Júlio de Mesquita Neto se comprometeu a entregar não apenas os publicados, mas outros que reafirmarão a veracidade das denúncias publicadas.

## Deputado-geólogo pede estratégia nacionalista

O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) perguntou a Júlio de Mesquita Neto se o ministro da Justiça, Paulo Brossard, receberá a documentação de O Estado. O jornalista garantiu que não: "Vocês serão os primeiros". Sobre como o jornal procurou autenticar os documentos, o

querda da Igreja" que predomina na região, "aliada com entidades e interesses internacionais, que querem impedir a exploração do subsolo a pretexto de estar preservando a sobrevivência dos índios".

O Parlamentar carioca contou

diretor-responsável de O Estado foi categórico: "Me responsabilizo por isso. Tomamos providências e, além disso, veja os fatos e sentirá que está tudo provado".

Mendes Ribeiro lembrou que perguntou a dom Luciano de Almeida se a CNBB iria processar O Estado ou responder às duras críticas feitas ao Cimi pelo ministro da Justiça. O religioso teria respondido que não. "Não é evidente que as denúncias são verdadeiras", concluiu Mendes Ribeiro. "Ao se omitir, a CNBB admite esse que é um dos mais graves casos vindos à luz".

Já o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) lamentou que seu líder de partido tenha-lhe deixado fora da comissão, apesar de ser geólogo, com total conhecimento da Amazônia, dos minerais e dos índios. "Acho que O Estado prestou um grande serviço ao País, pois tenho mestrado sobre economia mundial de minerais e sei como outras potências estrangeiras são capazes de usar qualquer estratégia e entidade para garantir seus mercados, como pretendiam fazer agora", comentou ele.

Para o deputado Gabriel Guerreiro, propor que as nações indígenas sejam soberanas e donas do subsolo, "quando se sabe o que representa o suprimento de minerais, é irracional. As terras indígenas devem ser pesquisadas pela União". Ele pediu também uma estratégia nacionalista no setor, "mas sem xenofobia", dizendo ser natural o Cimi defender as etnias diversas. "Mas acho estranho esta pressa em definir as diversas nações". Acusou ainda a Funai de ter quase triplicado as áreas indígenas desde 1970, explicando que o Departamento Nacional de Produção Mineral concedeu muitos alvarás, justamente para impedir este avanço indevido da Funai.

Finalmente, ele encerrou seu depoimento em tom dramático: "Dr. Júlio, mantenha esta coerência e defenda a nacionalização do subsolo contra o Cimi e as multinacionais, pois não podemos abrir mão da soberania nacional na Amazônia".

O deputado José Dutra (PMDB-AM) também lamentou a discriminação que sofreu da liderança do PMDB para integrar a comissão e elogiou as denúncias de O Estado, dizendo que o fazia também como descendente dos índios sateremaúé. Para ele, "não há verdade sem lógica e a lógica do atentado a nossa soberania está demonstrada num simples exame superficial das denúncias de O Estado".

José Dutra estranhou também que o Cimi se dedique apenas a defender os índios do Alto Rio Negro e não os do Alto Solimões, que são miseráveis.

O líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ) congratulou-se com o jornalista Júlio de Mesquita Neto pela publicação das denúncias contra o Cimi e a tentativa de limitação da soberania da Amazônia, observando que a imprensa independente e responsável age desta forma, tal como aconteceu com o famoso caso Watergate. Amaral observou ser conhecidos os problemas da Amazônia, que percorreu várias vezes fazendo programas jornalísticos para a televisão, e condenou a atuação "da es-

ter assistido, há alguns anos, dois padres estrangeiros impedirem uma equipe de especialistas da Companhia Vale do Rio Doce, na serra do Surucucu, de realizar levantamentos sobre a riqueza mineral do subsolo. Contou que ao fazer denúncias contra a atuação de D. Pedro Casaldáliga sofreu pressão da Igreja, que através de abaixo-assinado tentou conseguir sua demissão da TV Globo. O que está se fazendo na Amazônia é banditismo com a utilização do índio para evitar a exploração do subsolo, observou. Amaral Neto disse que será inevitável o aproveitamento da região sem prejudicar o equilíbrio ecológico e a sobrevivência dos índios, sendo absurdo que no Alto Xingu, com 21 mil quilômetros quadrados, habitem apenas 2.500 indígenas. No Rio os favelados disputam mínimos espaços de terra para morar, comentou Amaral.

O líder do PDS afirmou que a tentativa de ingerência em questões internas do Brasil partiu da Áustria, país simpatizado pelas esquerdas. Por isso a pretensão foi adotada pelas entidades esquerdistas. Se fosse a emenda popular e a campanha pela limitação da soberania da Amazônia por parte dos Estados Unidos, já estavam as esquerdas promovendo a mobilização da sociedade contra a tentativa de interferência estrangeira em problemas nacionais. Enquanto isso, observou, muitos índios da Amazônia, estimulados pelos padres de esquerda, estão usando camisas da Nicarágua.

O senador Olavo Pires (PMDB-RO) defendeu igualmente a iniciativa da denúncia pelo Estado de S. Paulo, frisando que há interesse estrangeiro em defender o índio na medida em que isso impede a exploração das riquezas minerais da região pelo Brasil, e com isso a Igreja acaba se aliando com os cartéis internacionais. "Gostaria de saber se os padres brasileiros podem opinar sobre problemas da Itália, França, Polônia ou qualquer outro país tal como os padres estrangeiros insistem em fazer aqui", disse o senador, acrescentando que os parlamentares de esquerda falam sobre a região sem conhecimento de causa. "Não tenho obrigações com o Cimi nem com o Estado de S. Paulo, mas sou contra a invasão do Brasil pelos estrangeiros", destacou.

O representante de Rondônia informou à CPI ter um documento do Cimi sugerindo à população católica da Áustria que faça pressão sobre os constituintes brasileiros para a manutenção da integridade da região, frisando que o documento aponta a Amazônia como patrimônio internacional. "Projetos como a Calha Norte são titulados na publicação como elementos de pressão contra os índios, e não em defesa das fronteiras brasileiras. É lamentável que essa iniciativa tenha partido do Brasil, de uma entidade como o Cimi, que tem mais estrangeiros do que brasileiros. Estou solidário com a campanha de O Estado de S. Paulo", concluiu o senador.

O deputado Otávio Elisio (PMDB-MG) cumprimentou o jornalista Júlio de Mesquita Neto pela coerência de O Estado de S. Paulo desde os tempos da resistência contra a censura.